



FRANCIS FUKUYAMA

A EXIGÊNCIA DE DIGNIDADE E A POLÍTICA DO RESSENTIMENTO

IDENTIDADES



Extremamente actual e provocador.
Brendan Driscoll, *Booklist*



D. QUIXOTE

A POLÍTICA DA DIGNIDADE

Algures na segunda década do século XXI, a política mundial mudou dramaticamente.

O período entre meados dos anos 1970 e esta década testemunhou o que Samuel Huntington rotulou de terceira vaga de democratização, à medida que o número de países que podiam ser classificados como democracias eleitorais aumentou de cerca de 35 para 110. Neste período, a democracia liberal tornou-se a forma de governo por defeito em grande parte do mundo, pelo menos como aspiração mesmo quando não como prática.¹

Em paralelo com esta mudança nas instituições políticas houve um correspondente crescimento da interdependência económica das nações, ou aquilo a que chamamos globalização. Esta última era sustentada por instituições económicas liberais como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e o seu sucessor, a Organização Mundial de Comércio (WTO ou OMT). Eram complementadas por acordos de comércio regionais como a União Europeia e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). Ao longo deste período, a taxa de crescimento do comércio e do investimento internacionais foi superior ao crescimento do PIB global e geralmente vista como motor principal da prosperidade. Entre 1970 e 2008, a produção

mundial de bens e serviços quadruplicou e o crescimento alargou-se a praticamente todas as regiões do globo, enquanto o número de pessoas a viver em extrema pobreza caiu de 42 por cento da população total, em 1993, para 17 por cento em 2011. A percentagem de crianças a morrer antes do seu quinto aniversário declinou de 22 por cento em 1960 para menos de cinco por cento em 2016.²

Esta ordem mundial liberal, porém, não beneficiou toda a gente. Em muitos países, e particularmente nas democracias desenvolvidas, a desigualdade aumentou dramaticamente, de tal forma que muitos dos benefícios do crescimento fluíram primariamente para uma elite definida primacialmente pelas habilitações académicas.³ Dado que o crescimento estava relacionado com o crescente volume de bens, dinheiro e pessoas que se deslocavam de um lugar para outro, havia uma enorme quantidade de mudanças sociais disruptivas. Nos países em desenvolvimento, aldeões que antes não tinham acesso a eletricidade apanharam-se a viver em cidades grandes, a ver televisão ou ligados à Internet por via de telemóveis ubíquos. Os mercados de trabalho ajustaram-se às novas condições levando dezenas de milhões de pessoas a cruzar fronteiras em busca de melhores oportunidades para si e para as suas famílias ou então a procurarem escapar de condições intoleráveis nos seus países. Surgiram enormes classes médias novas em países como a China e a Índia, mas o trabalho que faziam substituía o que tinha sido feito por classes médias mais antigas do mundo desenvolvido. As fábricas foram-se mudando da Europa e dos Estados Unidos para a Ásia Oriental e outras regiões de mão de obra barata. Ao mesmo tempo, as mulheres estavam a desalojar os homens numa nova economia dominada pelos serviços e os trabalhadores de baixas qualificações estavam a ser substituídos por máquinas inteligentes.

A partir de meados da primeira década dos anos 2000, o impulso para uma ordem mundial cada vez mais aberta e liberal começou a claudicar e depois entrou em marcha atrás. Esta mudança coincidiu

com duas crises financeiras, a primeira, em 2008, originada no mercado *subprime* dos Estados Unidos, que levou à subsequente Grande Recessão e a segunda surgida da ameaça ao Euro e à União Europeia representada pela insolvência da Grécia. Em ambos os casos, as políticas da elite produziram grandes recessões, altos níveis de desemprego e a quebra dos rendimentos de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Dado que os Estados Unidos e a União Europeia eram os seus mais lídimos exemplos, estas crises danificaram a reputação da democracia liberal em termos gerais.

O estudioso da democracia Larry Diamond caracterizou os anos a seguir às crises como anos de «recessão democrática», em que o número total de democracias caiu do seu pico em praticamente todas as regiões do globo.⁴ Um certo número de países autoritários, encabeçados pela China e pela Rússia, tornaram-se muito mais autoconfiantes e afirmativos: a China começou a promover o seu «modelo chinês» como uma via para o desenvolvimento e a riqueza que era distintamente não democrática, enquanto a Rússia atacou a cadência liberal da União Europeia e dos Estados Unidos. Certos de países que pareciam ser democracias liberais bem-sucedidas durante os anos 1990 resvalaram para trás no sentido de governos mais autoritários, como a Hungria, a Turquia, a Tailândia e a Polónia. A Primavera Árabe de 2011 destruiu ditaduras em todo o Médio Oriente, mas depois desapontou profundamente as esperanças de maior democracia na região quando Líbia, Iémen, Iraque e Síria mergulharam em guerras civis. O surto terrorista que produziu os atentados de 11 de setembro não foi derrotado pelas invasões norte-americanas do Afeganistão e do Iraque. Pelo contrário, este sofreu uma mutação para o Estado Islâmico, que apareceu como um farol para islamistas profundamente iliberais e violentos do mundo inteiro. O que era tão notável como a resiliência do ISIS era que tantos jovens muçulmanos abandonassem vidas de relativa tranquilidade noutros

lugares do Médio Oriente e da Europa para se dirigirem à Síria para combater nas suas fileiras.

Mais surpreendentes, e talvez mais significativas, foram as duas grandes surpresas eleitorais de 2016, a votação na Grã-Bretanha em favor de abandonar a União Europeia e a eleição de Donald J. Trump como Presidente dos Estados Unidos. Em ambos os casos, os eleitores estavam preocupados com questões económicas, particularmente os das classes trabalhadoras que tinham sido sujeitos à perda de emprego e à desindustrialização. Mas igualmente importante foi a oposição a uma contínua imigração em grande escala que era vista como usurpadora de empregos dos trabalhadores de origem nacional e impulsora de identidades nacionais havia muito estabelecidas. Os partidos anti-imigração e anti-União Europeia ganharam força em muitos outros países desenvolvidos, nomeadamente a Frente Nacional em França, o Partido da Liberdade na Holanda, a Alternativa para a Alemanha, o Partido da Liberdade na Áustria. Em todo o continente havia inquietação com o terrorismo islâmico e controvérsias sobre a proibição de expressões da identidade muçulmana como a *burka*, o *niqab* e o *burkini*.

A política do século xx estava organizada ao longo de um espectro esquerda-direita definido por questões económicas, querendo a esquerda mais igualdade e exigindo a direita mais liberdade. As políticas progressistas centravam-se nos trabalhadores, nos seus sindicatos, e em partidos sociais-democratas que queriam melhores proteções sociais e melhor redistribuição da riqueza. A direita, em contraste, estava primariamente interessada em reduzir o tamanho dos governos e em promover a iniciativa privada. Na segunda década do século XXI esse espectro parece estar a ceder o lugar, em muitas regiões, a um espectro definido pela identidade. A esquerda tem-se focado menos na igualdade económica em termos gerais e mais em promover os interesses de uma ampla variedade de grupos que são percebidos como marginalizados – negros, imigrantes,

mulheres, hispânicos, a comunidade LGBT, refugiados e outros parecidos. A direita, entretanto, está a redefinir-se como patriota que procura proteger a identidade nacional tradicional, identidade que muitas vezes é explicitamente associada a raça, etnicidade ou religião.

Uma longa tradição que remonta a Karl Marx vê as lutas políticas como reflexo de conflitos económicos, essencialmente como lutas sobre fatias do bolo. Isto é parte, na verdade, da história dos anos 2010, com a globalização a produzir significativas populações deixadas para trás pelo crescimento geral que se deu em todo o mundo. Entre 2000 e 2016, metade dos americanos não viram aumentar os seus rendimentos em termos reais; a proporção do produto nacional que vai para o um por cento superior da população passou de nove por cento do PIB em 1974 para 24 por cento em 2008.⁵

Mas por muito importante que o interesse material seja, os seres humanos são motivados também por outras coisas, motivos que explicam melhor os desvairados acontecimentos do presente. Pode chamar-se-lhe a política do ressentimento. Numa ampla variedade de casos um líder político mobilizou seguidores à volta da percepção de que a dignidade do grupo foi afrontada ou, de alguma outra maneira, desconsiderada. Este ressentimento engendra exigências de reconhecimento público da dignidade do grupo em questão. Um grupo humilhado que procura a restituição da sua dignidade tem muito mais peso emocional do que gente que prossegue apenas uma vantagem económica.

Assim, o presidente russo, Vladimir Putin, tem falado da tragédia do colapso da antiga União Soviética e de como a Europa e os Estados Unidos se aproveitaram da fraqueza da Rússia durante os anos 1990 para levar a NATO até às suas fronteiras. Detesta a atitude de superioridade moral dos políticos ocidentais e não quer ver a Rússia tratada, como disse em tempos o Presidente Obama, como um fraco ator regional, mas como uma grande potência. Viktor Orbán, o primeiro-ministro húngaro, declarou em 2017 que o seu

regresso ao poder marcava o ponto em que «nós, húngaros, decidimos que queríamos recuperar o nosso país, queríamos recuperar a estima por nós próprios e queríamos recuperar o nosso futuro.»⁶ O governo chinês de Xi Jinping tem falado extensamente sobre os «cem anos de humilhação» e como os Estados Unidos, o Japão e outros países estavam a tentar impedir o seu regresso ao estatuto de grande potência que tinha gozado durante milénios de história. Quando o fundador da Al Qaeda, Osama bin Laden, tinha catorze anos, a mãe dele encontrou-o de olhos fixos na Palestina «lavado em lágrimas enquanto via televisão na sua casa da Arábia Saudita.»⁷ A sua cólera pela humilhação dos muçulmanos foi mais tarde ecoada pelos seus jovens correligionários que se voluntariam para combater na Síria em nome de uma religião que eles creem ter sido atacada e oprimida em todo o mundo. Esperavam recriar no Estado Islâmico as glórias de uma anterior civilização islâmica.

O ressentimento por indignidades sofridas foi também uma força poderosa nos países democráticos. O movimento Black Lives Matter surgiu de uma série de muito publicitados incidentes em que a polícia feriu a tiro vários afro-americanos em Ferguson (Missouri), Baltimore, Nova Iorque e outras cidades e procurava forçar o mundo exterior a prestar atenção à experiência das vítimas de uma violência policial aparentemente displicente. Nas universidades e em escritórios de todo o país o ataque e o assédio sexual eram vistos como prova de que os homens não estavam a tomar as mulheres a sério como suas iguais. Prestou-se uma repentina atenção à gente transgénero, que antes não tinha sido reconhecida como alvo específico de discriminação. E muitos dos que votaram em Donald Trump recordavam tempos melhores passados em que o seu lugar na sociedade era mais seguro e esperavam por meio das suas ações «tornar a América outra vez grande». Embora distantes no tempo e no espaço, os sentimentos dos apoiantes de Putin a respeito da arrogância e do desdém das elites ocidentais eram semelhantes aos

que experimentavam os eleitores rurais dos Estados Unidos pelas elites das duas costas e os seus aliados dos *media* quando sentiam que estavam também a ignorá-los a eles e aos seus problemas.

Os praticantes da política do ressentimento reconhecem-se uns aos outros. A simpatia que Vladimir Putin e Donald Trump têm um pelo outro não é apenas pessoal, mas enraíza no seu comum nacionalismo. Viktor Orbán explicou-o, «Certas teorias descrevem as mudanças que estão a ocorrer no mundo ocidental, e a aparição deste Presidente nos Estados Unidos, como um combate na arena política mundial entre a elite transnacional – referida como ‘global’ – e as elites patrióticas nacionais», das quais ele foi um exemplar precoce.⁸

Em todos os casos, um grupo, seja uma grande potência como a Rússia ou a China ou os eleitores dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha, acredita que tem uma identidade à qual não se está a prestar o devido reconhecimento – seja pelo mundo exterior, no caso de uma nação, seja por outros membros da mesma sociedade. Essas identidades podem ser, e são, incrivelmente variadas, baseadas em nação, religião, etnicidade, orientação sexual ou género. São manifestações de um fenómeno comum, o da política identitária.

Os termos *identidade* e *política identitária* são de uma proveniência relativamente recente, tendo o primeiro sido popularizado pelo psicólogo Erik Erikson durante os anos 1950 e o último aparecido só na política cultural dos anos 1980 e 1990. *Identidade* tem um vasto número de significados hoje em dia, nalguns casos referindo-se simplesmente a categorias ou papéis sociais, noutros referindo-se simplesmente a informação básica sobre nós próprios (como em «a minha identidade foi roubada»). Neste sentido, as identidades sempre existiram.⁹

Neste livro, usarei *identidade* num sentido específico que nos ajuda a compreender por que é tão importante na política contemporânea. A identidade nasce, em primeiro lugar, da distinção entre o

nosso eu interior e um mundo exterior de regras e normas sociais que não reconhecem adequadamente o valor ou dignidade do nosso eu interior. Em toda a história do homem tem havido pessoas em desacordo com as suas sociedades. Mas só nos tempos modernos tem ganhado força a ideia de que o eu interior autêntico é intrinsecamente valioso e que a sociedade exterior sistematicamente erra e é injusta na sua avaliação do primeiro. Não é o eu interior que deve ser obrigado a conformar-se com as regras da sociedade, mas a própria sociedade que precisa de mudar.

O eu interior é a base da dignidade humana, mas a natureza dessa dignidade é variável e tem mudado ao longo do tempo. Em muitas culturas primitivas, a dignidade é atribuída apenas a umas quantas pessoas, muitas vezes guerreiros que estão dispostos a arriscar as suas vidas em combate. Noutras sociedades, a dignidade é atributo de todos os seres humanos, baseada no seu valor intrínseco de pessoas com entidade. E noutros casos, a dignidade é devida à pertença a um grupo maior de memória e experiência partilhadas.

Finalmente, o sentimento interior de dignidade procura reconhecimento. Não basta que eu tenha um sentimento do meu próprio valor se as outras pessoas não o reconhecem publicamente ou, pior ainda, me denigram ou não reconhecem a minha existência. A autoestima nasce da estima dos outros. Porque os seres humanos desejam naturalmente reconhecimento, o sentimento moderno de identidade rapidamente evoluiu para uma política identitária, na qual os indivíduos exigem um reconhecimento público do seu valor. As políticas identitárias abrangem assim uma grande parte das lutas políticas do mundo contemporâneo, das revoluções democráticas aos novos movimentos sociais, do nacionalismo e do islamismo às políticas contemporâneas das universidades americanas. Na verdade, o filósofo Hegel defendia que a luta pelo reconhecimento é o motor da história humana, uma força que era a chave para compreender a emergência do mundo moderno.

Embora as desigualdades económicas nascidas dos últimos cinquenta anos de globalização sejam um fator decisivo para explicar a política contemporânea, as queixas económicas tornam-se muito mais agudas quando são associadas a sentimentos de indignidade e faltas de respeito. Muito do que entendemos como sendo de motivação económica reflete mesmo, na verdade, não um desejo de riqueza e recursos, mas que o dinheiro é um marcador de estatuto e que compra respeito. A teoria económica moderna é alicerçada na presunção de que os seres humanos são indivíduos racionais que querem todos maximizar a sua «utilidade» – isto é, o seu bem-estar material – e a política é simplesmente uma extensão desse comportamento maximizador. No entanto, se alguma vez havemos de interpretar apropriadamente o comportamento dos seres humanos reais no mundo contemporâneo, temos de expandir a nossa compreensão da motivação humana para além deste simples modelo económico que tanto domina muito do nosso discurso. Ninguém contesta que os seres humanos sejam capazes de comportamentos racionais ou que sejam pessoas interesseiras que só procuram maior riqueza e mais recursos. Mas a psicologia é muito mais complexa do que sugere este modelo económico bastante simplista. Antes de podermos compreender as políticas identitárias modernas precisamos de dar um passo atrás e desenvolver um entendimento mais profundo e mais rico da motivação e do comportamento humanos. Precisamos, por outras palavras, de uma melhor teoria da alma humana.

O autor do *best-seller* internacional *As Origens da Ordem Política* faz uma análise provocadora da política de identidade moderna: as suas origens, os seus efeitos e o que significa para as sociedades actuais e para o poder político.

Em 2014, Francis Fukuyama defendeu que as instituições norte-americanas e globais estavam em decadência, pois o Estado estava cada vez mais refém de grupos de interesse poderosos. Dois anos depois, a sua previsão ganhou relevância com a subida ao poder de políticos anti-sistema, cujo nacionalismo económico e tendências autoritárias vieram desestabilizar a ordem internacional vigente. Estes líderes nacionalistas e populistas procuram ligar-se directa e carismaticamente «às pessoas», em regra consideradas em termos identitários restritos, o que exclui segmentos importantes da população.

Em *Identities* Fukuyama explica que as exigências de identidade ditam muito do que se está a passar na política mundial do nosso tempo. O reconhecimento universal, no qual se baseia a democracia liberal, tem sido cada vez mais posto em causa por formas de reconhecimento crescentemente circunscritas baseadas na nação, religião, etnia e género. Daqui resulta o populismo anti-imigração, o ressurgimento do Islão politizado, o fracturante «liberalismo identitário» das universidades e a emergência dos nacionalismos.

Identities é uma obra de leitura obrigatória. Uma advertência importante para que estaremos condenados ao conflito interminável, caso não reconheçamos universalmente a dignidade de todos os seres humanos.

Inteligente, actual... Precisamos de mais pensadores como Fukuyama.

Anand Girdharadas, *The New York Times Book Review*

Ambicioso e provocador...

Este livro sábio vai suscitar debate.

Publishers Weekly

 www.leya.com	 www.dquixote.pt	ISBN 978-972-20-6618-1  9 789722 066181 História
--	--	--

